

De Saigon a Cabul



Por **IVONALDO LEITE***

O comboio de uma potência em declínio

Quando ainda no século passado, Immanuel Wallerstein formulou a tese segundo a qual a hegemonia dos Estados Unidos havia iniciado um período de declínio, muitos foram os que apontaram o ‘*no sense*’ de sua perspectiva. A argumentação wallersteiniana, contudo, era dotada de bases empírico-analíticas consistentes.

Tendo-as como suporte de abordagem, ele realçou que a ascensão estadunidense no sistema mundial deveria ser vista como algo cujas raízes remontava aos anos 1880. Isto é, tendo como ponto de incidência específico a recessão mundial de 1873. A partir dessa época, Estados Unidos e Alemanha passaram a adquirir uma parcela crescente de mercados mundiais, sobretudo à custa da contínua recessão da economia britânica. Ambos os países tinham logrado alcançar uma base política estável: os Estados Unidos ao encerrar com êxito a Guerra Civil e a Alemanha conquistando a unificação nacional e derrotando a França na Guerra Franco-Prussiana.

Entre 1873 e 1914, os dois países se tornaram os principais atores em relevantes ramos da economia, como foi o caso da produção de automóveis e o protagonismo no setor de aço e química industrial. Tendo em conta esse panorama factual, é de se considerar que, embora a historiografia tenha consagrado a convenção segundo a qual a Primeira Guerra Mundial eclodiu em 1914 e terminou em 1918, e que a Segunda Guerra durou de 1939 a 1945, o mais apropriado, no entanto, é conceberas duas guerras como uma única e contínua “guerra de 30 anos” no curso do conflitante latente entre os Estados Unidos e a Alemanha, com tréguas e conflitos locais.

Em 1933, a competição pelo domínio internacional assumiu um forte teor ideológico, quando os nazistas chegaram ao poder na Alemanha e iniciaram a sua empreitada para transcender totalmente o sistema mundial, não buscando a hegemonia nele, mas sim uma forma de império que abarcaria os “quatro cantos do mundo”. Não esqueçamos qual era o lema nazista: *ein tausend jähriges Reich* (um império de mil anos), embalado pelo *Deutschland über alles* (Alemanha acima de tudo) da canção *Das Lied der Deutschen* (a canção dos alemães). De sua parte, os Estados Unidos assumiram o papel de defensores do liberalismo centrista mundial, conforme as ‘quatro liberdades’ do ex-presidente Franklin D. Roosevelt (liberdade de expressão, liberdade de culto, liberdade de viver sem penúria e liberdade de viver sem medo). Nesse processo, fizeram uma aliança estratégica com a então União Soviética, possibilitando a derrota da Alemanha e seus aliados.

Duas das conseqüências marcantes da Segunda Guerra Mundial foram a gigantesca destruição de infraestruturas e o morticínio de populações por toda a Eurásia, do oceano Atlântico ao Pacífico. A única potência mundial que saiu intacta, e mesmo reforçada, foram os Estados Unidos, que rapidamente consolidaram o seu domínio. No resumo das contas, a União Soviética tinha sob sua área de influência um terço do mundo e a nação norte-americana o restante. Mas Washington enfrentou sérios desafios militares, na medida em que a União Soviética tinha as maiores forças terrestres do globo, o que levou os Estados Unidos a afirmarem o seu poderio por meio do monopólio de armas nucleares. No entanto, esse monopólio logo desapareceu, pois a URSS também as desenvolveu, seguida de outros países. Dessa forma, do século passado até o presente, a estratégia de Washington tem sido a de tentar evitar a aquisição de armas nucleares (químicas e biológicas) por outros países. No que não tem logrado êxito.

Seja como for, assim como anteriormente a Inglaterra foi uma potência hegemônica mundialmente, os Estados Unidos, no

período entre 1945 e 1967/1973, foram de facto uma potência inquestionável no sistema-mundo, exercendo o seu poder à base de uma combinação envolvendo as dimensões económica, militar, política e cultural sobre os demais países em diferentes regiões. O sistema monetário pensado em 1944 em Bretton Woods, com o padrão ouro para o dólar, levou este a se tornar a moeda de reserva internacional.

Como bem mostra a História Económica, a emissão de moeda dominante mundialmente permite a nação que a emite financiar tanto a sua dívida interna como a expansão exógena, e assim ela pode resolver, por exemplo, os problemas do seu balanço de pagamentos mediante a interconexão com os circuitos do capital internacional. No caso dos Estados Unidos, além dessa “vantagem comparativa”, o país ancorou-se também no poder das armas, na superioridade do seu aparato bélico.

Porém, no período 1967-1973, inicia-se um momento de esgotamento da fase de “expansão incontida” dos EUA no sistema-mundo, sendo representativo disso a sua derrota na Guerra do Vietnã. O malogro no Vietnã é simbólico pois, do ponto de vista geopolítico, ele marcou a rejeição – por parte de populações definidas como Terceiro Mundo – do *status quo* que emergiu da Conferência de Ialta, bem como se tornou significativo pelo fato de Washington ter investido todo o seu poderio militar no conflito, sofrendo, mesmo assim, uma humilhante derrota.

Por outro lado, o Vietnã foi mais do que uma derrota militar para a nação norte-americana. A guerra golpeou fortemente a capacidade estadunidense no que diz respeito ao contexto de concorrência com outros atores internacionais, em função do domínio económico no mundo. “O conflito foi extremamente caro e praticamente esgotou as reservas de ouro dos Estados Unidos, que vinham sendo abundantes desde 1945. Além disso, os Estados Unidos enfrentaram esses gastos exatamente quando a Europa Ocidental e o Japão experimentavam grandes surtos económicos. Essas condições puseram fim à predominância americana na economia global.”^[1] Ou seja, nesse ambiente, ascenderam ao primeiro plano da conjuntura económica dois atores de peso: o Japão e a Europa Ocidental (Comunidade Económica Europeia, agora União Europeia). Ademais desses dois atores, nos dias atuais, há o super poder económico de uma nova potência global: a China. De resto, é de se mencionar a ascensão da ‘nova Rússia’, reerguida dos caóticos escombros do modo como foi extinta a União Soviética, e que vem se afirmando como uma potência regional com capacidade de intervenção no jogo geopolítico mundial.

O grau de impasses que, economicamente, os Estados Unidos passaram a viver entre o final da década de 1960/início da de 1970 está bem representado no modo como o país rompeu unilateralmente o Acordo de Bretton Woods, acabando com a convertibilidade do ouro ao dólar, tornando-o moeda fiduciária. Havia um problema concreto a ser enfrentado: era necessário recuperar a competitividade da economia estadunidense. Contudo, não se podia desvalorizar o dólar sem romper o que estabelecia Bretton Woods. Assim, o país procurou convencer os demais países a valorizarem suas moedas de forma coordenada, o que permitiria que o dólar fosse desvalorizado sem que o preço oficial do ouro em dólar variasse. Os outros países, sobretudo Alemanha e Japão, não aceitaram. Na sequência, em 1971, o governo Nixon decidiu, unilateralmente, pelo fim do padrão ouro, além de fixar tarifa externa para as importações. Instituiu-se assim um novo padrão monetário, inédito na história das relações internacionais, e que é conhecido como ‘dólar flexível’ – algo ainda mais vantajoso para a nação norte-americana.

Não obstante as comemorações do governo estadunidense pelo fim da União Soviética, em 1991, o facto agregou uma dificuldade ao país, visto que o deixou sem a justificativa ideológica que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, respaldava a invocação da sua condição de “protetor da democracia” e guardião do liberalismo, lançando mão, para tanto, das mais diversas ações intervencionistas. No terreno estritamente económico, diferente do passado, a eficiência produtiva das empresas dos Estados Unidos enfrenta uma vigorosa concorrência de empresas de outros países. Some-se a isso o “capitalismo de ficção” que, há muito tempo, o país vive, como a crise do *subprime* de 2007-2008 revelou. Intacta, contudo, mantém-se a superioridade militar da nação norte-americana.

Processos históricos têm sempre a marca da longa duração, e por certo não é possível fazer previsão definitiva sobre a configuração futura que o declínio da hegemonia dos Estados Unidos terá – ou mesmo se será revertido. Por agora, como juízo de facto, constata-se a sua existência. Em seus últimos trabalhos, Wallerstein afirmava que o declínio era irreversível e que a questão era saber se o país cairia com danos mínimos para si próprio e para outros países. Ou seja, em sua perspectiva, o ponto central referia-se às consequências da decadência. Uma consequência principal, podemos inferir, incide sobre a redução da capacidade de Washington – no percurso declinante – para intervir com êxito na conjuntura

mundial e gerir a perda de confiança no país, designadamente junto aos seus aliados. A este respeito, as cenas do regresso dos talibãs ao poder no Afeganistão e da desastrada retirada dos Estados Unidos do país são sintomáticas.

Em 2001, os primeiros soldados estadunidenses chegaram ao Afeganistão para derrubar o governo talibã e, em 2021, os últimos soldados saem do país deixando os talibãs no poder. Pelo caminho dos vinte anos da guerra mais longa dos Estados Unidos, ficaram milhares de mortos e trilhões de dólares gastos para custear um fracasso total. Um fracasso compartilhado por presidentes dos dois partidos que comandam o *establishment* da nação norte-americana: Bush (filho), Obama, Trump e Biden. O desastre no Afeganistão é equivalente à derrota no Vietnã, e as desesperadas imagens de aviões em retirada de Saigon e Cabul compõem o mesmo quadro: o de uma potência vivendo a sua fraqueza. A derrota no Afeganistão é mais um passo escada abaixo no declínio dos Estados Unidos.

Não será surpresa que, num futuro não muito distante, em meio aos percalços que enfrenta, a nação norte-americana veja o dólar deixar de ser a 'moeda de último recurso'. Isso acontecendo, o país terá perdido então a proteção para as "movimentações" do seu orçamento e para custear as suas operações econômicas. Provavelmente, se a opção por monetizar grandes *déficits* orçamentários continuar sendo levada a cabo, alimentando assim *déficits* externos, poder-se-á ter uma situação em que - com surto de inflação - o dólar se desvalorize e enfraqueça a sua atratividade como moeda de reserva internacional. Ademais, outro risco para a sobrevivência do dólar como moeda de reserva decorre da própria perda de hegemonia geopolítica dos Estados Unidos. Foi o que ocorreu com a libra quando a Grã-Bretanha desceu degraus na hierarquia do sistema-mundo.

O que esperar de um futuro sem a hegemonia dos Estados Unidos? É preciso ter em conta que 'o mar da História é agitado', como disse Maiakóvski, e por mais que os cientistas sociais procurem encerrar em esquemas as suas possibilidades estruturais, ela nos torna, a cada momento, *dupes de nous-mêmes*, e nos surpreende com desdobramentos imprevistos. Seja como for, a queda dos Estados Unidos, em si, não nos garante nada, não sendo também o seu declínio uma decorrência de decisões de algum presidente (embora elas possam apressar o processo), mas sim uma consequência das realidades delimitadoras do sistema-mundo capitalista. Possivelmente, estejamos entrando numa era de turbulências agudas e constantes, com reflexos nas taxas de câmbio e desemprego, nas alianças geopolíticas e nas mutações ideológicas, com estas mutações produzindo diversos tipos de extremismos. Um tempo de incertezas em diferentes partes do sistema-mundo: no centro, na periferia e na semiperiferia.

É hora de superar determinados enfoques fragmentados e superficiais que foram introduzidos nas abordagens acerca do social por alguns *establishments* acadêmicos, para então se desenvolver reflexões concretamente referenciadas e com foco nos horizontes de curta, média e longa duração, como requisito para que sejam formuladas posições instituintes e (auto)críticas a partir do que as análises revelam sobre o sistema-mundo, tendo em vista a construção de projetos comprometidos com processos emancipatórios. Penso que, considerando o tempo de incertezas que se anuncia, é nessa direção que se deve marchar, não para, como é tão habitual, repetir lugares-comuns e discursos vazios sobre a mudança social, mas para aportar conhecimentos que, abrindo a senda da praxeologia, contribuam para que ela se torne socialmente viável.

***Ivonaldo Leite** é professor de sociologia da educação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nota

[1] Cf. Immanuel Wallerstein, O declínio do império americano, in *Folha de São Paulo*, Caderno Mercado, edição do dia 21/07/2002, p. 2.